



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Projeto de Parecer 125 sobre a renovação do FEAMP

Através da publicação da sua proposta de novo regulamento FEAMP, no dia 12 de junho de 2018, a Comissão Europeia descreveu as áreas para as quais considera poder ser contemplado um apoio financeiro público. Áreas: Implementação da PCP, da política marítima da União, dos compromissos da União no âmbito da governação dos oceanos, implementação de uma pesca sustentável, apontar para a conservação dos recursos biológicos no mar, contribuir para a segurança alimentar, favorecer o crescimento de uma economia azul e, novidades: Contribuir para oceanos sãos, seguros, limpos, vigiados e geridos de modo sustentável, controlar as fronteiras e lutar contra a criminalidade marítima.

Nesta fase do processo de renovação do FEAMP, os membros do CC Sul gostariam, por sua vez, de recordar as suas prioridades bem como quais as áreas que consideram deverem ser financiadas ou não.

I. Aspetos sociais e económicos

Na opinião dos membros do CC Sul, os objetivos sociais não estão claramente valorizados no corpo do texto. De facto, vários fenómenos sociais devem ser levados em consideração aquando da renovação do Regulamento.

1. Inutilização do atual fundo e simplificação

O CC Sul defende a necessidade de simplificar a utilização dos fundos, o que não deve ser confundido com a redução das regras relativas ao modo de gastar os fundos públicos, inclusive, pelo menos uma lista de medidas elegíveis e uma lista de requisitos a cumprir para um apoio financeiro.

O facto de os Estados Membros não gastarem os recursos atribuídos deve-se principalmente à ineficácia administrativa interna a nível nacional e local, às políticas impostas das regras em termos de despesas, etc.

Por conseguinte, a delegação da decisão da elegibilidade das despesas e de quem pode aceder aos fundos dos governos nacionais não reduzirá a carga administrativa. Em vez disso, criará custos não estratégicos e desigualdades no acesso aos fundos em toda a União Europeia.

De modo a melhorar a transparência sobre a utilização do FEAMP, os membros do CC SUL propõem, nomeadamente, a implementação de indicadores de utilização do fundo, com vista a revelar se o fundo beneficia mais uma determinada categoria de intervenientes. Devem ser implementados mecanismos claros para verificar e garantir que os fundos públicos são investidos onde mais falta fazem e que contribuem para a gestão sustentável do oceano.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Uma simplificação bem controlada e na continuidade do anterior fundo permitiria restabelecer uma dinâmica com os profissionais que perderam a confiança na utilização dos fundos públicos. Para além disso, deve ser mantida a participação dos profissionais nas políticas públicas, nomeadamente através de um apoio ao reforço e à perenização das estruturas profissionais.

2. Renovação geracional

As condições de trabalho difíceis e pouco seguras são responsáveis pela fraca capacidade de atração do setor da pesca: Atualmente, poucos jovens querem exercer essa profissão. A melhoria do conforto a bordo, da segurança, dos métodos de pesca, são aspetos que o FEAMP deveria permitir financiar.

Têm de ser criadas as condições necessárias para os jovens ganharem interesse na pesca: Valorizar as profissões marítimas.

3. Economia azul

A atribuição de fundos para uma economia azul sustentável deveria garantir vantagens sociais e económicas para as gerações atuais e futuras. Todavia, qualquer atividade económica deve sempre evoluir dentro dos limites estabelecidos pela capacidade de carga dos ecossistemas nos quais evolui. Uma abordagem baseada nos ecossistemas deveria ser aplicada a todas as atividades marítimas e não só à pesca.

4. Ajudas às empresas

O CC Sul não chegou a um consenso relativamente a este ponto. Os membros representantes do setor requerem o prosseguimento e o reforço das ajudas às empresas, nomeadamente através de um regresso às atuais regras no que respeita às ajudas a:

- A cessação temporária ou definitiva de atividade
- A armazenagem
- A remotorização
- A instalação dos jovens
- O acesso prioritário da pesca artesanal e das RUPs

No entanto, os membros representantes das ONGs não são favoráveis a estas medidas, suscetíveis de manter o atual nível elevado de capacidade de pesca, prejudicar a eficácia dos planos de gestão e ameaçar o restabelecimento das unidades populacionais de peixes.

II. Aspetos ambientais

O fundo para o pós-2020 deveria, entre outros, proporcionar ajudas que contribuíssem para a implementação da Obrigação de Desembarque, para o aumento da seletividade das artes e das práticas de pesca e para a recolha dos dados.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

1. Recolha de dados

A recolha, o controlo e a aplicação eficaz dos dados são pré-requisitos essenciais para uma gestão sustentável da pesca. No entanto, os dados adequados sobre várias populações são insuficientes. A proposta da Comissão sugere apenas uma alteração limitada do atual esquema de despesas. O FEAMP pós-2020 deveria prever regras claras para o reforço do apoio à recolha de dados, à pesquisa, às parcerias com os cientistas e à inovação.

2. Melhoria da seletividade

A melhor opção para minimizar as rejeições consiste, em primeiro lugar, em evitar as capturas indesejadas, preconizando medidas que favorecem a seletividade do peixe no mar, como modificações técnicas das artes piscatórias para incluir dispositivos de evitamento do peixe (grelhas, painéis, dispositivos de exclusão de tartarugas, dispositivos de iluminação, etc.). A fim de conseguir uma redução significativa das capturas indesejadas, o financiamento do FEAMP deveria continuar a apoiar, entre outros:

- Projetos pilotos destinados a testar e melhorar a seletividade das artes de pesca.
- A difusão dos conhecimentos sobre a maneira de reduzir as capturas indesejadas.
- A adoção de artes e equipamentos que melhorem a seletividade das artes de pesca em termos de tamanho ou espécie, bem como de técnicas piscatórias que permitam eliminar as rejeições, evitando ou minimizando as capturas não desejadas de espécies comerciais e não comerciais.

Conclusão

Os Membros do CC Sul requerem:

- O referimento, pelo menos nos considerandos, dos tipos de ações elegíveis, baseando-se no preexistente.
- Um esforço de transparência na utilização dos financiamentos.
- A valorização das profissões marítimas e outras medidas que contribuam para a renovação geracional.
- Uma abordagem ecossistémica para todas as atividades marítimas.
- Uma melhoria dos sistemas de recolha de dados.
- O financiamento dos estudos sobre os dispositivos de seletividade e respetiva implementação.

